

## E-participação nos governos Cid Gomes e Camilo Santana (2011-2018): Uma avaliação do banco de ideias<sup>1</sup>

Alexandre Barbalho<sup>2</sup>

Gabrielle D'Annunzio Cavalcanti Moreira<sup>3</sup>

218

**Resumo:** O artigo avalia a ferramenta de e-participação Banco de Ideias no período do segundo governo Cid Gomes (2011-2014) e do primeiro governo Camilo Santana (2015-2018), ambos no estado do Ceará, procurando compreender sua contribuição na implementação das políticas públicas e como ferramenta de e-participação e seus possíveis ganhos democráticos decorrentes. Realizou-se uma abordagem qualitativa com objetivo exploratório, apoiada em levantamento bibliográfico e documental e em entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos no objeto de análise. Concluiu-se que a ferramenta proporcionou os ganhos democráticos mas perdeu sua efetividade na mudança de governos.

**Palavras-chave:** E-participação; Governo; Política Pública; Ceará.

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem os comentários dos/as avaliadores/as anônimos/as que foram fundamentais para o estabelecimento da versão final do artigo.

<sup>2</sup> Professor dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4612-6162>. E-mail: [alexandrealmeidabarbalho@gmail.com](mailto:alexandrealmeidabarbalho@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestre em Planejamento e Políticas Públicas e bacharel em Ciências da Computação pela UECE. É analista de gestão de TI da Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Ceará. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1944-8724>. E-mail: [gabriellecavalcanti@gmail.com](mailto:gabriellecavalcanti@gmail.com).

## 1. Introdução

A ampliação dos canais de participação civil nos processos de decisão governamental é um importante passo para o avanço e aprimoramento da democracia, pois possibilita a diversos setores da sociedade — principalmente os mais distantes das esferas do poder e das decisões políticas — acompanhar a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Nesse sentido, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que passaram por uma evolução radical nas últimas duas décadas no que se refere às ferramentas voltadas para a internet, contribuem para mudanças significativas nas interações entre governo e cidadão no cenário mundial.

No Brasil, a partir dos anos 2000, foram sendo estabelecidas legislações para acompanhamento por parte da sociedade civil e prestação de contas das ações governamentais, o que impactou todas as esferas da administração pública e seu modelo de governança. Sendo obrigados a publicizar suas ações e resultados de maneira transparente e tempestiva, os gestores federais, estaduais e municipais recorreram às TICs de modo a ampliar sua *accountability*. Nessa perspectiva, o Governo do Estado do Ceará criou em 2007 seu Portal da Transparência (<https://cearatransparente.ce.gov.br/>)<sup>4</sup> que, de início, como os portais das outras unidades federativas, restringia-se a divulgar informações conforme estabelecido nos dispositivos legais<sup>5</sup>. Contudo, paulatinamente, o Portal ampliou sua oferta de serviços, com destaque para os canais abertos à participação da sociedade, como o Banco de Ideias (BI), um ambiente e-participativo criado em 2012, por meio do qual os usuários podiam sugerir ideias para a melhoria das políticas públicas estaduais.

Tendo como referência o contexto da e-participação, entendida, como se verá, como participação social mediada por tecnologias digitais de modo a

---

<sup>4</sup> Segundo avaliação realizada pelo Ministério Público Federal sobre o grau de transparência dos estados e municípios, tendo como referência o Índice Nacional de Transparência (INT), o portal cearense foi classificado em primeiro lugar em 2015 com o índice de transparência de 8,02 e em 2016 com o índice 10,00. Mapa da Transparência – Ranking da Transparência, estados e municípios. Disponível em: <http://www.rankingdatransparencia.mpf.mp.br>. Acesso em: 01.set.2020.

<sup>5</sup> Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); Lei Complementar n.º 131/2009 – Lei da Transparência; e Lei de acesso à informação de 2011.

contribuir para o desenvolvimento da democracia, o objetivo deste artigo é avaliar a dimensão e-participativa do BI no período do segundo governo Cid Gomes (2011-2014) e do primeiro governo Camilo Santana (2015-2018) a partir das seguintes questões: qual a sua contribuição na implementação das políticas públicas? Até que ponto funcionou como uma ferramenta de e-participação? Em outras palavras, quais os ganhos democráticos (GOMES, 2011; SÆBØ; ROSE; MOLKA-DANIELSEN, 2010, SMITH, 2009) decorrentes das suas interações? A opção por analisar as duas administrações se justifica por possibilitar um estudo comparativo. Ainda que ambas sejam consideradas como de um mesmo grupo político, o dos “Ferreira Gomes”<sup>6</sup>, este recorte do objeto procura responder à advertência de Sampaio (2014) de que os possíveis resultados democráticos das experiências digitais não resultam somente de seus potenciais tecnológicos, mas também da conjuntura sócio-política na qual estão inseridas.

Para responder à problemática exposta, realizou-se uma abordagem qualitativa com objetivo exploratório, apoiada em levantamento bibliográfico e documental e em entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos no objeto de análise. O artigo está estruturado em três seções, fora esta introdução e as considerações finais. Na primeira, é feita uma discussão sobre e-participação e conceitos afins. Na segunda, se expõe o suporte metodológico, e na terceira, apresenta-se os resultados e a discussão.

## 2. A e-participação e sua avaliação

A origem do termo e-participação relaciona-se a práticas sociais mediadas por tecnologias digitais que contribuem de alguma forma para o desenvolvimento

---

<sup>6</sup> O grupo político dos “Ferreira Gomes” encontra-se à frente do Governo do Ceará desde 2006, com a eleição de Cid Gomes, e da Prefeitura de Fortaleza, capital do Estado, desde 2013, com a eleição de Roberto Cláudio. Trata-se de um novo ciclo político cearense que sucede, no poder, ao do “tassismo”, este liderado pelo atual senador do PSDB Tasso Jereissati e que foi governador do estado por três vezes (1987-1990; 1995-2002). Tasso foi o responsável por modernizar a gestão pública estadual, inclusive incorporando as TICs (BARBALHO e MOREIRA, 2021), e seu projeto de modernização continuou, em grande parte, pautando os governos seguintes liderados pelos Ferreira Gomes. Este grupo tem em seu núcleo central os irmãos Ciro, Cid e Ivo Ferreira Gomes, atualmente filiados ao PDT. A despeito da referência a uma família, os “Ferreira Gomes”, esse núcleo recruta apoiadores, membros e, inclusive, lideranças fora do círculo familiar e partidário, como ilustra o caso do atual governador cearense, o petista Camilo Santana (BARBALHO, 2021; MONTE, 2019).

ou fortalecimento da democracia, podendo ser entendidas como possível solução para o desinteresse dos cidadãos frente às questões públicas (GOMES, 2005a; 2005b; MARQUES, 2008, 2009). Orçamentos participativos *on-line*, consultas públicas digitais, iniciativas digitais de interação entre cidadãos e governos e voto eletrônico são exemplos de experiências no campo da e-participação.

Para Sæbø, Rose e Flak (2008, p. 5), a e-participação objetiva “aumentar as habilidades dos cidadãos de participar da governança digital (incluindo a participação no processo político e a transformação de informações e serviços do governo digital)”. Desse modo, sua relevância liga-se aos efeitos democráticos que pode oferecer. Estes efeitos têm que ser traduzidos positivamente em ganhos democráticos, a exemplo de melhoria do engajamento do cidadão nas ações públicas; participação do cidadão nos processos de tomada de decisão governamental; incremento da qualidade de discussão e deliberação política; contribuição para formação crítica e da autonomia do indivíduo; fortalecimento e inclusão de grupos marginalizados etc (SÆBØ; ROSE; MOLKA-DANIELSEN, 2010).

221 Trata-se, portanto, de avaliar as iniciativas de e-participação não somente por sua modelagem e capacidade técnicas, mas por suas funções e seus impactos na democracia ao gerar ou incrementar valores democráticos (GOMES, 2011; SMITH, 2009). Segundo Macintosh e Whyte (2008), os principais valores democráticos a serem promovidos pelos projetos de e-participação são: representação, engajamento, transparência, deliberação, igualdade política e controle comunitário (Quadro 1).

**Quadro 1 - Valores democrático da e-participação**

Valores	Definição
Representação	A e-participação deve ser usada para apoiar, complementar ou melhorar as atividades e a compreensão do governo representativo, e não deve comprometer o valor da democracia representativa
Engajamento	Os projetos precisam apoiar a identidade local e ajudar os indivíduos a entender e vincular os processos democráticos mais amplos que fazem parte de sua comunidade
Transparência	Os projetos precisam tornar os processos de tomada de decisão mais transparentes

Deliberação	Os projetos precisam reconhecer que a divergência de opinião pode ser uma saída inevitável do maior envolvimento democrático. Sempre que possível, as ferramentas devem incorporar uma expectativa de tal divergência e fornecer oportunidades de negociação, mediação e construção de consenso
Igualdade política	Este critério requer que a e-democracia melhore a inclusão do cidadão na formulação de políticas ou, no mínimo, não prejudique ainda mais aqueles menos poderosos ou que já estão de alguma forma excluídos do processo político
Controle comunitário	Democracia é sobre cidadãos controlando coletivamente aqueles que tomam decisões em seu nome. Portanto, as ferramentas de e-democracia devem assegurar que o engajamento dos cidadãos esteja intimamente ligado aos processos de tomada de decisão e que aqueles que tomam decisões sejam responsivos às comunidades a que servem

Fonte: Macintosh e Whyte (2008). Elaborado pelos autores

222

Contudo, é importante registrar que nenhum projeto será absolutamente capaz de implementar todos estes valores (COLEMAN; BLUMLER, 2009). Ainda segundo Sæbø, Rose e Flak (2008), a e-participação, dependendo do seu modelo conceitual de desenvolvimento, pode proporcionar as seguintes atividades:

#### Quadro 2 - Atividades e-participativas

Atividade	Definição
<i>eVoting</i>	Votação <i>on-line</i> — utilização das TICs para implementar e aprimorar o procedimento formal de votação eletrônica por máquina ou votação eletrônica à distância
<i>On-line political discourse</i>	Discurso político <i>on-line</i> – uso das ferramentas de TICs para proporcionar a participação e deliberação no discurso político vigente
<i>On-line decision-making</i>	Tomada de decisão <i>on-line</i> – uso das TICs para estabelecer um vínculo direto entre os atores e o processo político de tomada de decisão

<i>eActivism</i>	Ativismo <i>on-line</i> — atividades realizadas por organizações voluntárias, grupos de interesse e indivíduos para promover pontos de vista e interesses através do uso das ferramentas de TIC
<i>eConsultation</i>	Consulta <i>on-line</i> — atividade para fornecer mecanismos de feedback dos cidadãos para governos e órgãos públicos por meio das TICs
<i>eCampaigning</i>	Campanha <i>on-line</i> — uso, por parte de políticos em processos eleitorais, das TICs com objetivos participativos
<i>ePetitioning</i>	Petições <i>on-line</i> –abaixo-assinado eletrônico no qual as iniciativas (temáticas ou discussões) são propostas por cidadãos com objetivo de influenciar a agenda dos tomadores de decisões e que podem assumir formas variadas tais como: <i>eInforming</i> (informar os cidadãos); <i>eConsulting</i> (contribuição limitada dos cidadãos sobre um tópico definido); <i>eInvolvement</i> (desenvolvimento de processos de comunicação abertos entre governo e cidadãos); <i>eCollaboration</i> (participação no desenvolvimento de alternativas e soluções políticas), e <i>eEmpowerment</i> (transferência de controle sobre políticas para os cidadãos).

Fonte: Macintosh e Whyte (2008). Elaborado pelos autores.

Faz-se necessário advertir que, a despeito das potencialidades expostas no Quadro 2, a literatura sobre democracia digital salienta as dificuldades técnicas e políticas para a concepção e a implementação de iniciativas de e-participação governamentais. Sampaio (2016), ao prospectar experiências de orçamentos participativos eletrônicos realizadas entre 2001 e 2013 em vários países, incluindo o Brasil, constatou que as ferramentas digitais agregadas ao OP não resultaram necessariamente em aumento do poder de tomada de decisão por parte do cidadão, limitando-se, muitas vezes, a uma função consultiva.

Marques (2010), por sua vez, ao analisar os portais *web* da Presidência da República e da Câmara dos Deputados, identificou, no primeiro, problemas

relacionados à falta de recursos financeiros e humanos que comprometeram as ações de atração e envolvimento dos usuários nas discussões públicas planejadas, bem como problemas de ordem política, concluindo que a prioridade do Governo Federal não era o incremento das práticas participativas, mas sim, a construção de imagem pública positiva.

O autor identifica três desafios principais enfrentados pelos projetos governamentais de e-participação. O primeiro relaciona-se à falta de interesse dos representantes das instituições e dos políticos em dividir o poder, tornando o cidadão um “mero cliente” no processo político. O segundo diz respeito ao alto custo de investimento em tecnologia e pessoal para tratar com as demandas de vários usuários. Por fim, o modelo e o desenvolvimento dos projetos de e-participação, atualmente, são pensados e projetados por especialistas de tecnologia, ao invés de especialistas em governança. Assim, a participação não se resolve com a simples oferta de dispositivos tecnológicos, mas, segundo Marques (2010, p. 135) “requer a consideração de uma variedade de atividades, circunstâncias, agências e atores políticos”.

224

Em levantamento e análise mais próximos do objeto abordado nesse artigo, Santos e Rover (2018) analisaram os portais dos governos estaduais e do Distrito Federal no ano de 2016 e concluíram que predomina uma subutilização das potencialidades da ferramenta no sentido de dispor aos cidadãos meios para participar, deliberar e fiscalizar as políticas públicas. Os autores utilizaram 79 variáveis, divididas em duas dimensões analíticas - participação e *accountability* –, como indicadores para avaliar os portais e, em média, eles apresentaram 40,27% desse universo. O portal de São Paulo, o primeiro colocado, alcançou 61% e o do Ceará ficou em uma situação desconfortável com 36%. Desse modo, tal como os autores citados acima, a percepção é de que os governantes entendem o cidadão como um consumidor ou usuário e não como partícipe dos processos decisórios.

Focando o nível municipal, mais especificamente as capitais brasileiras, Batista (2017) analisou os portais desses municípios por meio do Índice de Maturidade do Governo Eletrônico (IMeG) composto de cinco níveis de maturidade e constatou que as plataformas situaram-se entre os estágios 2 e 3. Fortaleza ficou em 14ª posição com maturidade 2 e IMeG 0,43. A cidade de São Paulo, primeira colocada, alcançou maturidade 3 e IMeG 0,63. Segundo a autora, de

modo geral, as inovações apresentadas estavam voltadas para melhoria da estrutura interna da gestão, como o incremento dos serviços fiscais (cidadão-contribuinte), e não para a interface com a sociedade ou em possibilitar a transparência, a acessibilidade e a participação do cidadão.

### 3. Discussão metodológica

Para a avaliação do BI, ainda que seja fundamental considerar os requisitos tecnológicos que garantem “usabilidade”, “navegabilidade”, “acessibilidade” e “*hyperlinks*”<sup>7</sup> (AMORIM; ALAMADA, 2016), restringiu-se aqui aos elementos que contemplam a lógica da interatividade. Para tanto, levou-se em consideração as dimensões do *framework* estabelecido por Smith e Macintosh (2007) para análise de iniciativas de e-participação e de ganhos democráticos (Quadro 3). Para responder às perguntas elaboradas em cada um dos três blocos, recorreu-se, como dito na introdução, a fontes documentais e à realização de sete entrevistas semiestruturadas<sup>8</sup>, bem como, à navegabilidade do Portal na internet e à simulação de usabilidade da ferramenta.

225

---

<sup>7</sup> Usabilidade refere-se à rapidez com que os usuários podem aprender a usar alguma coisa, a eficiência dele ao usá-la, o quanto lembram daquilo, seu grau de propensão a erros e o quanto gostam de utilizá-la. Se as pessoas não puderem ou não utilizarem um recurso, ele pode muito bem não existir (NIELSEN; LORANGER, 2007). Navegabilidade pode ser entendida como “a articulação que o sujeito faz entre as suas competências (conhecimentos, habilidades e representações), os objetivos que ele tem ao acessar o site (serviços, informações, diversões) e as condições que cada página do site oferece para ele atingir tais objetivos”. (SILVINO; ABRAHÃO, 2003, p. 13). Acessibilidade está relacionado principalmente com os problemas de usabilidade e o estabelecimento da interface amigável universal para atender a qualquer usuário. Para maiores informações acessar os sites: <<http://www.hcibib.org/accessibility/>> e <<http://www.w3.org/WAI/>>.

<sup>8</sup> Todas entrevistas foram realizadas pelo coautor Gabrielle Cavalcanti Moreira. Foram entrevistados: 1. João Melo, ex-secretário da Controladoria Geral do Estado (CGE) do governo Cid Gomes, de forma presencial em junho de 2018; 2. Marcos Almeida, coordenador de tecnologia da informação e comunicação da CGE do governo Camilo, setor responsável pela manutenção e operacionalização do Banco de Ideias no Portal do Governo, de forma presencial em março de 2018; 3. Tiago Peixoto, ex-orientador da Célula de Ética e Transparência da CGE, responsável pela gestão das informações do Banco de Ideias entre os anos de 2012 a 2014, de forma presencial em maio de 2018; 4. Cid Gomes, ex-governador do Estado, por email em agosto de 2019; 5. Flávio Jucá, secretário da CGE do governo Camilo Santana, de forma presencial em abril de 2018; 6. Eduardo Diogo, ex-secretário da Secretaria de Planejamento, por email em julho de 2019; e 7. Marconi Lemos, secretário Executivo da CGE do Governo Camilo, de forma presencial em fevereiro de 2019.



### Quadro 3 – Modelo para análise da e-participação

<b>1- Atores Participantes</b>	
O objetivo deste item é identificar, tanto os atores que se relacionam com o ambiente participativo (criador, mantenedor ou usuário da ferramenta), quanto as informações sobre a definição da iniciativa de e-participação.	
a) Quem iniciou o projeto e quando o foi iniciado?	Identificar o ator responsável pela iniciativa do projeto (governo, cidadão ou sociedade civil organizada), como também, a data de implantação e disponibilização da ferramenta na internet.
b) Qual o objetivo da iniciativa?	Identificar quais os elementos norteadores do projeto, e verificar se estes estão relacionados com os mecanismos de ampliação da democracia participativa.
c) Qual o público alvo?	Identificar para quem o projeto se destina objetivamente, se para um espectro geral ou para categorias específicas de públicos.
d) Quem participa? Qual a função de cada participante?	Quem são os usuários que interagem direta e indiretamente com a ferramenta (governo, cidadão ou sociedade civil organizada) e quais suas funções no ambiente (criação, manutenção ou utilização).
<b>2- Como Participam</b>	
O objetivo deste item é identificar os mecanismos participativos. Se ocorrem e como ocorrem.	
a) A partir da ideia inicial, como a ferramenta foi desenvolvida e quais foram os prazos limite (timelines)?	
b) Como a iniciativa se relaciona a outras iniciativas democráticas na área (tanto online quanto off-line)?	
c) Área de participação - onde a categoria da ferramenta é relevante?	Identificar a área de contribuição dos mecanismos desenvolvidos pela ferramenta. exemplo: provisão de informação, formação de comunidade/ambientes colaborativos, consulta, contribuição de

sugestões, campanha, eleições, deliberação, discurso, mediação, planejamento espacial, pesquisas de opinião e votação.
d) Como ocorre a atividade e-participativa, e quais são os canais de participação existentes?
Identificar quais são os mecanismos disponibilizados pelo ambiente da ferramenta (web, redes sociais – <i>Twitter</i> , <i>Facebook</i> ), para que ocorra a interação entre o Estado e o internauta, e saber como os usuários as utilizam para a formulação e proposição das suas sugestões.
e) Existência de moderação ou facilitação para a instância participativa?
Identificar se existe agentes treinados para moderar e fomentar as discussões e a participação.
f) Em que contexto essa participação é feita?
Este item tem como objetivo identificar as variáveis política, e socioeconômica dos locais da implementação da iniciativa. Considera-se aqui também, os indicadores de exclusão digital permeáveis aos domínios de execução do público alvo da iniciativa.
<b>3- Resultados alcançados / Ganhos democráticos</b>
a) Bem democrático a ser incrementado
Identificar a efetividade da iniciativa, verificando quais bens democráticos foram gerados a partir da dinâmica interativa da iniciativa de e-participação da ferramenta (Representação; Engajamento; Transparência; Deliberação; Igualdade Política; Controle comunitário ; Pluralidade e Autonomia cognitiva)

Fonte: SMITH; MACINTOSH, 2007. Elaborado pelos autores

A pesquisa acessou ainda a tabela de dados do BI com informações sobre cada ideia sugerida e votada desde o início da implantação da ferramenta até meados o ano de 2018, quando se encerrou a coleta de dados. Para realizar a análise foram necessários dois procedimentos de refinamento dos dados armazenados. Inicialmente, um procedimento de higienização retirando os

registros que não continham sugestões ou que continham ideias duplicadas, textos ininteligíveis, dados de testes, e sujeiras de armazenamento.

Após este procedimento, observou-se que ocorreram *inputs* de natureza diversas do propósito do projeto (ideias que contribuíssem com as ações governamentais). Assim, realizou-se um segundo refinamento, categorizando as sugestões em três tipos de *inputs*: Ideias, Comentários/Reclamações e Solicitações. As Ideias estavam relacionadas às contribuições com propostas de ações e/ou políticas públicas para o governo; nos Comentários/Reclamações foram agrupados os elogios, críticas, denúncias, comentários gerais; e nas Solicitações, juntou-se os pedidos de serviços rotineiros ao governo e as perguntas e dúvidas registradas (conforme Tabelas 1 e 2 apresentadas e analisadas na subseção 4.2).

#### **4. A e-participação do Banco de Ideias e sua efetividade**

Nesta seção será apresentada a análise da ferramenta sob o aspecto do quão e-participativa ela é a partir do modelo sistematizado no Quadro 3 e tendo como suporte o referencial teórico apresentado na seção 2 (Quadros 1 e 2).

228

##### **4.1. Atores Participantes**

Nos itens referentes ao Ponto 1 (Quem iniciou o projeto e quando o foi iniciado? Qual o objetivo da iniciativa? Qual o público alvo? Quem participa? Qual a função de cada participante?), depreende-se que o responsável pelo projeto é o Governo do Ceará, tendo à frente a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) e o objetivo é ampliar o diálogo com a sociedade e potencializar a relação entre Estado e cidadão. Como situa João Melo, secretário da CGE de 2011 a 2014, o BI não era apenas “uma questão de uma informação considerada relevante ou irrelevante para um processo qualquer”, mas “um portal de relacionamento com a comunidade”, pois “quanto mais as pessoas participam, mais elas dão crédito ao encaminhamento das soluções, através das ideias que foram implementadas”<sup>9</sup>.

Segundo Tiago Peixoto, responsável pela gestão das informações do BI entre 2012 e 2014 e que participou da definição e desenvolvimento da ferramenta,

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida a esta pesquisa em junho de 2018.

a proposta era romper com o paradigma de um portal orçamentário e ir além da transparência:

Nós vimos também a possibilidade de utilizar mecanismos de participação por meio da internet. [...] E havia uma grande necessidade de fazer com que a população de fato participasse e tivesse uma forma de expressar aí a sua opinião. [...] no sentido de criar um ambiente que a população pudesse registrar o que ele achava, o que pensa, o que seja importante pra comunidade, pra sociedade [...] na realidade, ele [BI] não é uma ferramenta voltada especificamente para o planejamento do Estado; ele tem também esse papel, é um papel fundamental; mas seria um ambiente [...] em que a própria sociedade dissesse o que é importante, né? Não necessariamente tinha que ser uma ação que o Estado teria que desenvolver. Então, eram ideias para o Ceará [...] que, talvez a iniciativa privada, o terceiro setor, pudessem desenvolver, né? Então, não havia uma vinculação de dizer, olha, essa ideia tem que ser uma ideia de responsabilidade do Estado<sup>10</sup>.

229

Conforme observado, o público-alvo era o cidadão e as entidades (públicas e privadas) cearenses. Do universo de agentes envolvidos com o BI, foram identificados dois perfis: 1. Diretos: a) os cidadãos e as entidades que interagem com o BI para realizarem o cadastro e o envio das ideias a serem apreciadas pelo governo; 2. Indiretos: a) os gestores e técnicos da CGE responsáveis pela gestão técnica e manutenção do ambiente; b) os gestores e técnicos da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) responsáveis pela validação, tratamento, encaminhamento das sugestões cadastradas no BI para as instâncias governamentais necessárias, conforme a sua categorização, e também pelo *feedback*, via e-mail, da análise das demandas para os usuários participantes.

Ao navegar no ambiente do BI, o usuário pode cadastrar quantas ideias deseje e optar pela publicação, permitindo a sua visibilidade para todos os internautas. Ele pode votar tanto nas suas propostas, quanto nas demais. A votação ocorre por categoria e só permite um voto por cada e-mail válido cadastrado. Portanto, os usuários diretos têm dois momentos principais de interação com o poder público via ferramenta. O primeiro, quando contribui com uma ideia, processo que se encerra ao receber o *feedback* do governo, com os seguintes indicadores de resposta: 1) se a ideia foi aceita (completa ou parcial); 2) se a ideia não foi aceita; 3) se a ideia já foi implementada pelo governo; ou 4) se a ideia já

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida a esta pesquisa em maio de 2018.

está contemplada nas próximas ações governamentais. O segundo momento ocorre com o usuário exercendo seu poder de voto entre as ideias disponíveis e agrupadas segundo categorias, como se verá.

Quanto aos participantes indiretos, na CGE, as gerências de TIC e de Ética e Transparência realizam um primeiro nível de tratamento dos dados, que são compilados, formatados e posteriormente encaminhados para a gerência da rede de planejamento da SEPLAG. Esta realiza a análise de viabilidade e toma as providências de retorno para os usuários. Para facilitar a seleção e distribuição das informações armazenadas no BI junto aos demais órgãos setoriais, as ideias são categorizadas por áreas de atuação do governo. Segundo Tiago Peixoto,

Conversamos à época com o pessoal da SEPLAG, de modo que nós pudéssemos fazer uma espécie de classificação, é..., por áreas temáticas, do PPA então vigente. [...] Tentamos criar áreas temáticas, de modo que a população pudesse também lançar ideias por temas [...] Essa seria uma forma de nós tentarmos encaixar com o modelo de planejamento do Estado. Uma vez que eles já desenvolveriam ações a partir dessas áreas temática, seria mais fácil nós fazermos essa classificação. E também seria mais fácil o passo seguinte, que era, ao receber esse conteúdo, daqueles que participassem lá, nós poderíamos encaminhar, com um direcionamento mais claro, para o planejamento<sup>11</sup>.

230

Ainda segundo Peixoto, se todas as Secretarias tem um papel importante no processo, a SEPLAG se destaca por ser a responsável pelo tratamento das ideias; por articular com os demais órgãos que se relacionam com a proposta sugerida para que fosse feito um estudo de viabilidade; por verificar se a ideia havia sido contemplada por outro projeto; e por formatar as mensagens de *feedback* para os usuários.

#### 4.2. Como participam

O objetivo do Item 2 é identificar os elementos participativos existentes no BI e como eles ocorrem. Como já dito, a ferramenta foi planejada pelo Governo do Ceará em 2011 e desenvolvida por uma empresa privada, especializada em sistemas *web* para atender o setor público. Apesar do poder público ter adotado a política de *software* livre, a empresa optou por utilizar um *software* proprietário. Entretanto, teve que se basear, na sua metodologia de desenvolvimento, na

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida a esta pesquisa em maio de 2018.

resolução estadual sobre a elaboração, manutenção e administração de *websites* governamentais.<sup>12</sup>

O BI foi desenvolvido dentro do Portal da Transparência que proporciona outras iniciativas de comunicação entre o governo e o cidadão como o “Fale Conosco” e o sistema de Ouvidoria. Esses dois mecanismos são inclusive auxiliares na dinâmica de interação com o Banco, uma vez que o “Fale Conosco” pode colher as reclamações, dúvidas e sugestões dos internautas sobre o BI, e o sistema de Ouvidoria ser um canal para que o cidadão faça observações, reclamações e denúncias sobre os procedimentos dos serviços ofertados.

O Banco foi projetado para ser uma interface simples, permitindo que os usuários naveguem facilmente pelo ambiente, obtenham as informações hierarquicamente postadas e interajam amigavelmente consultando e contribuindo com sugestões. A liberdade para a entrada de dados permitiu inclusive que os usuários dessem *inputs* de outras informações para além de uma possível ação pública, como, por exemplo, reclames, sugestões, *links* de manifestações, propagandas, campanhas peticionárias, argumentações sobre conceitos e serviços etc.

231

No que diz respeito ao mecanismo disponibilizado pelo BI para a interação entre governo e cidadão, ela se dava por meio do campo “Sua Ideia”, onde o usuário poderia propor sua sugestão, desde que dentro do escopo das onze categorias pré-estabelecidas (Cultura e Esporte; Desenvolvimento Agrário e Pesca; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Social e Trabalho; Desenvolvimento Urbano e Integração Regional; Educação Básica; Educação Superior, Profissional, Ciência e Tecnologia; Infraestrutura; Meio Ambiente; Saúde e Segurança Pública, Justiça e Defensoria). Embora sendo um leque amplo, esta categorização pré-formatada impunha uma desvantagem participativa. Pode-se conjecturar que a impossibilidade de abertura para novas áreas era uma variável de desestímulo à participação. Segundo os agentes do governo envolvidos no

---

<sup>12</sup> A esse respeito ver: <https://www.etice.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/5/2011/09/resolucao%20n%2003-2008%20de%2018-02-09%20-%20websites%20governamentais.pdf>. Acesso em 01.set.2020.

processo, este formato respondia à necessidade da SEPLAG de orquestrar as ideias com os requerimentos de planejamento e orçamento existentes no governo.

Observou-se a existência das redes sociais *Twitter* e *Facebook*, mas não estavam disponibilizadas para interação de dados com o Banco e sim para prover notícias do governo. Outro mecanismo observado foi o e-mail, usado para tirar dúvidas sobre os procedimentos da ferramenta e para o retorno sobre as ideias depositadas no ambiente.

Quanto ao conteúdo dos *inputs*, verificou-se que 88,7% das sugestões do ambiente correspondiam a ações ou políticas públicas; 6,5% eram de solicitações de explicação ou demanda de serviços; e 4,8% de comentários e reclamações. Observou-se também que somente 0,8% de todas as sugestões imputadas (ideias, comentários/reclamações e solicitações) e armazenadas no BI fizeram referência a alguma forma de propaganda comercial visando a prestação de serviços para o governo, onde os atores se apresentaram como representantes de empresas privadas (Tabela 1).

**Tabela 1 - Disposição dos dados por tipo de sugestão**

Tipos de sugestões	% total das sugestões
Ideias	88,7%
Comentários/Reclamações	4,8%
Solicitações	6,5%

Fonte: Dados da Coordenação de Tecnologia da Informação/CGE.  
Elaborada pelos autores.

No que diz respeito às categorias, a de Educação Básica concentra o maior número de contribuições no período pesquisado, representando 27,3% da base de dados, sendo que 25,0% das ideias dessa categoria que foram colocadas em votação receberam algum voto. As categorias com as menores quantidades de ideias sugeridas foram as de Desenvolvimento Agrário e Pesca, com 2,3% e Desenvolvimento Social e Trabalho e Desenvolvimento Urbano e Integração Regional, ambas com 3,6%. Em relação ao total de votos recebidos por cada categoria, a Educação Básica ficou em primeiro lugar, com uma boa margem à frente da Saúde, do Desenvolvimento Econômico e da Segurança Pública, Justiça e

Defensoria que ficaram em segundo, terceiro e quarto lugares, nessa ordem (Tabela 2).

**Tabela 2 – Disposição das ideias sugeridas do BI por categoria**

CATEGORIAS	%TOTAL IDEIAS	%IDEIAS VOTADAS	MAIOR QTD DE IDEIAS VOTADAS
Educação Básica	27,3%	25,0%	1º
Saúde	9,5%	19,0%	2º
Desenvolvimento Econômico	4,1%	77,8%	3º
Segurança Pública, Justiça e Defensoria	18,6%	14,6%	4º
Meio Ambiente	11,8%	15,4%	5º
Desenvolvimento Agrário e Pesca	2,3%	40,0%	6º
Cultura e Esporte	4,1%	22,2%	7º
Infraestrutura e Recursos Hídricos	6,4%	14,3%	8º
Desenvolvimento Social e Trabalho	3,6%	12,5%	9º
Educação Superior, Profissional, Ciência e Tecnologia	8,6%	10,5%	10º
Desenvolvimento Urbano e Integração Regional	3,6%	12,5%	11º

Fonte: Dados da Coordenação de Tecnologia da Informação/CGE. Elaborada pelos autores

Segundo os gestores e técnicos entrevistados, o *feedback* era implementado diretamente pela SEPLAG, sendo o último passo do processo de contribuição de ideias no ambiente participativo. Contudo, dentro dos mecanismos interativos observados no site do BI e nos dados da tabela da ferramenta que foram enviados



para esta pesquisa, não foi possível identificar quais sugestões foram acatadas pelo governo e em que momento ocorreu a resposta ao usuário.

Conforme se observa na Tabela 3, a curva do número de visitantes e de visitas realizadas ao Portal da Transparência se apresenta com uma tendência de crescimento entre os anos de 2013 a 2018, e do BI, percebe-se esse crescimento a partir de 2016, ressalvando o ano de 2018, por ainda não se ter os dados até o final daquele período, mas, pelos valores acumulados até julho, pode-se inferir que manteve o mesmo movimento de crescimento, superando o ano de 2017.

**Tabela 3 – Visualizações do BI e visitas ao ambiente do Portal**

Ano	Visualizações de páginas do BI	Visitas ao Portal da Transparência	Visitantes Únicos (Pessoas) - Portal da Transparência*
2013	3.372	145.193	107.894
2014	1.972	175.730	120.714
2015	2.036	236.653	148.021
2016	1.673	286.874	164.071
2017	2.058	391.664	214.055
2018 (até 17 de julho)	1.789	338.313	190.585

Fonte: Célula de Gestão da Transparência Ativa/CGE. Elaborada pelos autores

\*Visitantes únicos correspondem aos acessos realizados por um único IP no ambiente do portal no período indicado. Este visitante pode ter feito várias visitas no mesmo período.

Não foram identificados mecanismos diretos de moderação no ambiente, como *chats on-line*, por exemplo. O processo de moderação está relacionado ao comportamento do usuário e ao conteúdo da sua sugestão. A preocupação dos gestores é observar se existem conteúdos ofensivos nas postagens. Nesse momento, pode ocorrer uma “moderação” através de uma advertência por e-mail,

ou até mesmo um rastreamento de endereço IP do computador, como está previsto nos termos e condição de uso da ferramenta.

Contudo, foi possível identificar atividades participativas no ambiente do BI, pois os usuários puderam propor e votar em sugestões e acessar informações do próprio governo (uma vez que estava no ambiente do Portal da Transparência). Os internautas podiam sugerir quantas ideias lhes bastassem, sem nenhuma crítica ou observação à sua condição social, cultural, econômica e sexual, permitindo assim uma pluralidade de pensamentos e posicionamentos, desde que não ferissem as condições de uso com manifestações ilegais previstas na lei brasileira (pornografia, racismo, xenofobia, etc). Mesmo não disponibilizando mecanismos que permitissem comentários sobre as ideias publicadas, o processo de votação, além de proporcionar novos olhares sobre as questões que estavam sendo abordadas, possibilitou a identificação e a aproximação de perspectivas entre os envolvidos.

Por fim, após os procedimentos metodológicos previstos para a análise e verificação dos requisitos estabelecidos pela pesquisa, foi possível sistematizar as atividades e-participativas identificadas na ferramenta.

235

**Quadro 4 - Atividades e-participativas do BI e seus resultados**

Tipo de atividade participativa	Resultados
<i>eInforming</i>	Informação sobre as ideias contidas no ambiente.
<i>eConsulting</i>	<i>Inputs</i> por categoria temática, limitando a interação ao momento da entrada de dados e ao retorno da análise da ideia.
<i>eConsultation</i>	Sugestões colhidas do cidadão.
<i>eCollaboration</i>	Participação dos usuários no processo de desenvolvimento de políticas públicas alternativas, para serem submetidas a uma discussão e avaliação do governo.
<i>On-line political discourse</i>	Mudanças no discurso político como resultado da utilização do BI que foi proposto pelo próprio governo para se aproximar do cidadão pela internet.

<i>On-line Decision Making</i>	<i>Inputs</i> com sugestões de ideias, opiniões e argumentações.
--------------------------------	--

Fonte: Dados avaliados a partir de Macintosh e Whyte (2008). Elaborado pelos autores

### 4.3. Resultados alcançados e ganhos democráticos

A análise do BI aponta, de maneira geral, para um ambiente *web* de fácil usabilidade e navegabilidade, com mecanismos participativos que proporcionam a interação entre o poder público e o cidadão. E pelo que foi exposto até agora, pode-se deduzir assim que o BI proporcionou os seguintes ganhos democráticos: representação — fortalecimento da gestão governamental nos moldes democráticos existentes; transparência — maior conhecimento sobre as ações governamentais; pluralidade de participação — uma vez que não havia uma restrição para participar, na verdade era aberto a todo e qualquer internauta que se interessasse pela dinâmica estabelecida; igualdade participativa — possibilidade de maior participação dos usuários, e todos podiam exercer os seus papéis igualmente, sem diferenciação dentro do espaço de participação; e autonomia cognitiva — as informações sobre o aprendizado da usabilidade da ferramenta e sobre os temas das categorias definidas possibilitavam uma melhoria da qualidade das informações ali depositadas.

Contudo, faz-se necessário avaliar a efetividade desta participação, ou seja, como as sugestões foram compiladas e encaminhadas dentro das unidades administrativas do governo envolvidas no processo. Neste sentido, foram observadas duas questões relacionadas ao desempenho de projetos de TIC voltados para a internet. A primeira está ligada diretamente ao envolvimento dos governantes, no seu interesse de apoiar a concepção, o desenvolvimento e a manutenção do projeto como uma ação prioritária de governo (SECCHI, 2010). A segunda, que guarda relações com a primeira, é o nível de interesse de participação por parte do cidadão, associado, para além da qualidade técnica do serviço disponibilizado, à motivação ocasionada pelo cumprimento ou não dos propósitos estabelecidos e serviços prometidos.

Em relação ao primeiro ponto, o ex-governador Cid Gomes, por meio de entrevista concedida a esta pesquisa, afirmou que todos os secretários participavam do processo de avaliação das demandas que surgiam no ambiente e

que a CGE tinha autonomia para coordenar as ações do projeto. Na avaliação de Gomes, o BI era

uma ferramenta importante de participação, que propiciou ao cidadão um canal direto de sugestões de serviços, obras e políticas públicas de forma geral. É uma forma de o Governo ter uma avaliação mais próxima da realidade local sobre as reais demandas das comunidades e, com isso, conseguir melhorar a qualidade da execução das políticas públicas, focando em ações que possam de fato trazer melhorias para a vida das pessoas<sup>13</sup>.

Apesar da avaliação positiva de Cid Gomes, isso não significa que o fluxo do processo estabelecido para o BI tenha ocorrido sem ruídos ou interrupções. Segundo Tiago Peixoto, por exemplo, a SEPLAG não dava retorno sobre as ideias enviadas pelos cidadãos, não sendo possível saber quais foram atendidas ou não<sup>14</sup>.

No governo seguinte, de Camilo Santana, houve mudanças na composição das secretarias e, conforme situam Marcos Vasconcelos e Avilton Junior, coordenadores de Planejamento e Orçamento da SEPLAG, o coordenador, os gerentes e alguns técnicos da área de planejamento do governo anterior saíram da Secretaria logo no início da nova gestão. Mesmo reconhecendo a existência e a importância da ferramenta BI no Portal da Transparência, ambos declararam desconhecer o fluxo de tramitação das ideias na SEPLAG e que, desde o início de 2015, nunca receberam orientação para realizar qualquer análise, nem formalizaram qualquer resposta sobre o tema<sup>15</sup>. Dessa forma, infere-se que nenhuma ideia sugerida pelos usuários do BI de início de 2015 a meados de 2018 recebeu tratamento dentro das instâncias da SEPLAG.

O secretário da CGE no governo Camilo Santana asseverou que a ferramenta não era de responsabilidade do órgão, e sim da SEPLAG. Segundo o secretário, o papel da CGE era manter o BI operacional na internet e enviar as sugestões de ideias para a SEPLAG proceder com suas atribuições. A diretriz da Controladoria, naquele momento, era a da construção de uma nova plataforma de interação com a sociedade, daí o pouco interesse no Banco<sup>16</sup>. Esta constatação demonstra a falta de

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida a esta pesquisa via *e-mail* em agosto de 2019.

<sup>14</sup> Entrevista concedida a esta pesquisa em maio de 2018.

<sup>15</sup> Entrevistas concedidas a esta pesquisa em abril de 2018.

<sup>16</sup> Entrevista concedida a esta pesquisa em abril de 2018.

integração entre o que o governo oferta na plataforma e o que de fato as suas unidades administrativas compreendem como obrigação de serviços a serem prestados.

Infere-se dos depoimentos acima que não se deu prosseguimento ao projeto do BI. O problema é que não foi tomada a decisão de sua suspensão, o que evitaria a criação de falsas expectativas nos usuários. Como observa Marques (2008), o descompasso e a falta de alinhamento e sintonia entre as unidades administrativas do poder público para o provimento das suas ações junto aos usuários contribuem para que o cidadão perca a credibilidade nos serviços prestados pelo governo, comprometendo toda uma lógica de aproximação com a sociedade.

Como se observa, o projeto do BI como ferramenta de e-participação teve dois momentos dentro do recorte temporal analisado. O primeiro, no período do seu desenvolvimento e implementação, na gestão Cid Gomes, entre 2012 e 2014, no qual o próprio governador estava comprometido com o seu desempenho, determinando o envolvimento dos secretários de Estado. E o segundo no governo Camilo Santana, quando não havia um responsável pela funcionalidade e manutenção da ferramenta, posto que os antigos responsáveis tinham saído da administração e os seus sucessores não tinham interesse pela ferramenta diante da ausência de uma determinação superior no sentido de valorizar o Banco.

238

## 5. Considerações finais

O objetivo do artigo era avaliar a dimensão da e-participação nos governos do Ceará, nos períodos de 2012 a 2018, através do estudo de caso da ferramenta Banco de Ideias (BI), um ambiente que se propôs a captar sugestões dos usuários através da internet, com a promessa de se levar em consideração as ideias sugeridas no processo de formulação de ações e políticas públicas do governo.

Do ponto de vista da análise dos quesitos democráticos, o BI teve uma boa avaliação nos elementos participativos, sendo categorizado como uma ferramenta de e-participação com características de *eConsultation* e *eCollaboration* e que contribuiu para as atividades de *eInforming*, *eConsulting*, *On-line Decision Making* e *On-line political discourse*. Este resultado está associado, em grande parte, à simplicidade do projeto que, sem muitas restrições, permitiu maior participação e

interação com os usuários. Dessa forma, possibilitou alguns ganhos democráticos: representação; transparência; pluralidade de participação; igualdade participativa e autonomia cognitiva.

Contudo, no que diz respeito à sua efetividade, verificou-se que no governo Cid existiu um alinhamento estrutural e funcional para a implementação e operacionalização do BI, no qual os atores estratégicos, táticos e operacionais trabalharam para que ele fosse potencializado e utilizado pelos internautas de maneira satisfatória. Já no governo Camilo, aconteceu o oposto: os gerentes e os técnicos das secretarias responsáveis pelo ambiente não estavam alinhados com os procedimentos de operacionalização e de manutenção da ferramenta BI e que o secretário da CGE estava mais preocupado com a nova versão do Portal do governo que estava sendo desenvolvido. Isto revela a importância para as políticas que não são de Estado, mas de governo, da necessidade do envolvimento do governador e/ou do secretário, para garantir o sucesso do projeto, pois, caso contrário, observa-se a ausência de compromisso dos demais colaboradores subordinados hierarquicamente e a inoperância da ferramenta.

239

## 6. Referências

AMORIM, P. K.; ALMADA, M. P. E-transparência: proposta de modelo metodológico para avaliação de portais de executivos nacionais. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 54-67, 2016.

BARBALHO, A. **O capital político dos “Ferreira Gomes”**: análise comparativa entre as eleições municipais cearenses de 2016 e 2020. In: SILVA, E. (org). Eleições municipais 2020: cenários, disputas e resultados políticos. Fortaleza : Meta, 2021. cap 20, p. 468-493.

\_\_\_\_; MOREIRA, G. Os “Governos das Mudanças” e o uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (Ceará, 1987-2006). **Ação Midiática**, n. 21, p. 264-284, 2021.

BATISTA, N. **Política do governo eletrônico: a maturidade do e-gov nos municípios brasileiros**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2017.

COLEMAN, S.; BLUMLER, J. G. **The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista**

**Famecos**, Porto Alegre, n. 27, p. 58-78, 2005a.

\_\_\_\_\_. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Participação Política Online**: Questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R.; GOMES, W. (org). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre, Editora Sulinas, 2011. cap. 01, p. 19-46.

MACINTOSH, A.; WHYTE, A. Towards an evaluation framework for eParticipation. **Transforming government: People, process and policy**, v. 2, n. 1, p. 16-30, 2008.

MARQUES, J. **Participação política e Internet**: Meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_. Internet e participação política no caso do estado brasileiro: um relato de pesquisa. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 219-247, 2009.

\_\_\_\_\_. "Muro baixo, o povo pula": iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 117-142, 2010.

240

MONTE, C. Legislativo na era dos Ferreira Gomes (2006-2018): alianças, oposição e tensões no Ceará. **História e Culturas**, Franca, v. 7, n. 13, p. 103-120, 2019.

NIELSEN, J; LORANGER, H. **Usabilidade na web**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2007

SÆBØ, Ø.; ROSE, J.; & FLAK, L. S. The shape of eParticipation: Characterizing an emerging research area. **Government Information Quarterly**, v.25, p. 400-428, 2008.

\_\_\_\_\_.; ROSE, J.; MOLKA-DANIELSEN, J. eParticipation: Designing and Managing Political Discussion Forums. **Social Science Computer Review**, v. 28, n. 4, p. 403-426, 2010.

SAMPAIO, R. e-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 937-958, 2016

\_\_\_\_\_. **Orçamentos Participativos digitais**: um mapeamento mundial das experiências já realizadas e suas contribuições para e-participação e e-democracia. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Bahia. Salvador, 2014.

SANTOS, P; ROVER, A. Direito à informação e à participação: uma avaliação das ferramentas dispostas nos portais de governos estaduais. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.28, n.1, p. 219-244, 2018.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVINO, A; ABRAHÃO, J. Navegabilidade e inclusão digital: usabilidade e competência. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 2, p. 1-17, 2003

SMITH, G. **Democratic Innovations: Designing Institutions for Citizen Participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.



**E-participation in the governments Cid Gomes and Camilo Santana (2011-2018): An evaluation of the ideas database**

Alexandre Barbalho  
Gabrielle D'Annunzio Cavalcanti Moreira

**Abstract:** The article assesses the Ideas database e-participation tool during the period of the second government Cid Gomes (2011-2014) and the first government Camilo Santana (2015-2018), both in the Ceara state, seeking to understand its contribution to the implementation of public policies and as an e-participation tool and its possible democratic gains. A qualitative approach with an exploratory objective was carried out, supported by bibliographic and documentary surveys and semi-structured interviews with the actors involved in the object of analysis. It was concluded that the tool provided democratic gains but lost its effectiveness in changing governments.

**Keywords:** E-participation; Government; Public policy; Ceará.

**E-participación en los gobiernos Cid Gomes y Camilo Santana (2011-2018): Una evaluación del banco de idea**

Alexandre Barbalho  
Gabrielle D'Annunzio Cavalcanti Moreira

**Resumen:** El artículo evalúa la herramienta de participación electrónica Banco de Ideias durante el período del segundo gobierno de Cid Gomes (2011-2014) y el primer gobierno de Camilo Santana (2015-2018) buscando comprender su contribución a la implementación de políticas públicas y como herramienta de e-participación y sus posibles avances democráticos. Se realizó un abordaje cualitativo con objetivo exploratorio, sustentado en investigaciones bibliográficas y documentales y entrevistas semiestructuradas con los actores involucrados en el objeto de análisis. Se concluyó que la herramienta proporcionó ganancias democráticas pero perdió su efectividad con el cambio de gobierno.

**Palabras clave:** E-participación; Gobierno; Política pública; Ceará.

242

Recebido em 14 de setembro de 2020  
Aprovado em 28 de outubro de 2021